



A PERSPECTIVA DE GÊNERO REDIMENSIONANDO A DISCIPLINA HISTÓRICA

Tânia Mara Pereira VASCONCELOS¹

RESUMO

O presente artigo se propõe a discutir as contribuições dos estudos de gênero para a historiografia contemporânea. Afirma a importância da história das mulheres, especialmente por questionar a ideia de um “sujeito humano universal”. Discute o percurso histórico dos estudos feministas até o surgimento do termo gênero, analisando as implicações políticas desse processo. Discute também a questão do androcentrismo na ciência, tendo como principais referências os estudos de Joan Scott, Amparo Moreno Sarda, Maria Izilda Matos e Maria Odila Leite da Silva Dias, historiadoras que adotam a perspectiva de gênero, enquanto um conceito relacional.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero, história, androcentrismo.

THE GENDER PERSPECTIVE: RESHAPING HISTORY AS A DISCIPLINE

ABSTRACT

This paper is aimed at discussing the contributions made by gender studies to contemporary historiography. The importance of the History of women is stressed, especially for its questioning on the idea of a “universal human subject”. The historical trajectory of feminist studies until the emergence of the term “gender” is discussed by analyzing the political implications of this process. The scientific androcentrism is also addressed by drawing on studies by the historians Joan Scott, Amparo Moreno Sarda, Maria Izilda Matos and Maria Odila Leite da Silva Dias, who all adopt a gender perspective as a relational concept.

KEY WORDS: Gender, History, androcentrism

As contribuições dos estudos de gênero para a historiografia contemporânea são imensuráveis, não apenas pelo fato de terem dado visibilidade às mulheres do passado, mas principalmente por questionarem a tradicional concepção histórica baseada na ideia de um “sujeito humano universal”, redimensionando assim todo o campo do saber histórico.

Durante muito tempo, as mulheres permaneceram à sombra da história. Reclusas no mundo doméstico, circunscritas ao silêncio do mundo privado, elas não teriam uma história. Quando apenas o espaço público era levado em conta, só mereciam ser documentados os “grandes acontecimentos” em que os “atores de destaque” eram em geral homens. Michelet é um dos raríssimos historiadores do passado a desenvolver estudos sobre as mulheres, porém

¹ Universidade do Estado da Bahia - UNEB

dentro de uma visão dominante no seu tempo, identificando a mulher à natureza e o homem à cultura.

No final do século XIX, quando o positivismo domina o campo da história, a mulher é duplamente excluída: do próprio conhecimento histórico, uma vez que este somente tinha como objeto o que dizia respeito ao domínio público, e da produção deste conhecimento, visto que a história científica só poderia ser escrita por profissionais - homens, evidentemente. Dessa forma, a invisibilidade da mulher é fruto de uma perspectiva androcêntrica no fazer histórico, que excluiu por muito tempo as mulheres da própria profissão de historiador.

A história das mulheres é muito recente. Desenvolveu-se nas últimas décadas como fruto de um processo que se inicia no século XIX, quando a família passa a ser considerada como célula fundamental e evolutiva da sociedade, tornando-se tema de interesse da emergente antropologia histórica. (DUBY; PERROT, 1990.)

O desenvolvimento da história das mulheres foi estimulado pela Escola dos Annales, surgida em 1929, com sua ênfase no cotidiano e história da vida privada, bem como pela História Social, no interesse em recuperar o passado de grupos excluídos. A Escola dos Annales apesar de não incorporar de imediato uma historiografia social das mulheres, abriu espaço para ela, na medida em que questionava uma história estática, que se dizia universal. Para Lucien Febvre:

A História não devia se interessar pelo homem abstrato, eterno, imóvel, no fundo, perpetuamente idêntico a si mesmo, e sim voltar-se para os homens sempre tomados no enquadramento da sociedade de que são membros e inseridos numa época bem determinada de seu desenvolvimento. (DIAS, 1992, p. 46.)

Apesar da contribuição dos Annales para a construção de uma história das mulheres os estudos de conjuntura e estrutura não levavam em conta a dimensão sexual. A partir de 1970, a Nova História coloca em debate o papel da família e da sexualidade e, com a História das Mentalidades, mais aberta para o estudo de temas associados à mulher, há a preocupação de se aprofundar nesse estudo. Entretanto, a emergência e consolidação da história das mulheres é sobretudo, fruto do movimento das mulheres que lutaram dentro e fora da universidade, por uma mudança no ensino e na pesquisa, com o objetivo de compreenderem as raízes da dominação que suportavam. (SCOTT, 1992)

Joan Scott (1994) aponta a década de setenta como um importante momento para o reconhecimento da mulher politicamente, com o ressurgimento dos movimentos políticos a favor dos direitos da mulher, tendo sido esta também considerada a década da mulher para as Nações Unidas, o que motivou políticas governamentais em favor do sexo feminino.

O estudo da história da mulher foi pioneiro nos meios acadêmicos nos Estados Unidos. As mudanças nesse sentido foram provocadas num contexto de mobilizações pelos direitos civis que resultaram em estímulos oficiais, como as políticas governamentais de ação afirmativa. Na academia, as estudantes reivindicaram uma revisão da história tradicional, buscando uma “história delas” (*herstory*) que servisse de prova de como as mulheres tinham sido oprimidas e documentos acerca do movimento feminista que servisse de ideais para as estratégias contemporâneas. Apesar das dificuldades, essas demandas foram atendidas aos poucos por historiadoras que também participavam de congressos feministas.

A história das mulheres, segundo Joan Scott (1992), desafia a pretensão da história de fazer um “relato completo quanto à perfeição e a presença intrínseca do objeto da História - o Homem Universal”, provocando uma grande reviravolta no próprio fazer histórico. Não sendo possível, a partir daí, se pensar em qualquer tema histórico sem se levar em conta os questionamentos que o “movimento das mulheres” na história acabou provocando.

Maria Odila L. da Silva Dias destaca as dificuldades de se estudar “as mulheres enquanto seres sociais”, já que o estudo da história das mulheres pressupõe uma total modificação nos parâmetros históricos tradicionais. A inclusão das mulheres como sujeitos da história implica assim, o questionamento, senão a destruição, dos principais paradigmas estabelecidos há muito tempo pela disciplina histórica. “O tema pressupõe soterradas as balizas epistemológicas tradicionais, como o sujeito humano universal, a Verdade, a Razão, que norteavam as Ciências Humanas no século passado”. (1992, p. 39)

Para a autora, os estudos feministas propõem uma redefinição dos processos de subjetividade, uma crítica ao conceito de identidade e de racionalidade. Nesse sentido, a história das mulheres pressupõe uma desconstrução do conhecimento, proposto pelas novas abordagens histórico-filosóficas, como os estudos de Foucault e Derrida. Essas abordagens negam totalidades universais criadas pelo pensamento Iluminista e afirmam o relativismo cultural, presente em qualquer estudo que leve em conta a concretude das experiências humanas. Nesse sentido, Dias propõe a criação de novos métodos e conceitos nos estudos feministas que levem em conta a historicidade do conhecimento.

Scott (1992) destaca os embates que as(os) historiadoras(es) das mulheres tiveram que enfrentar dentro da academia estadunidense para conseguir respeitabilidade, pois a história das mulheres era vista como parcial e tendenciosa, portanto, não profissional. Por trás das críticas dos opositores da história das mulheres estavam mascaradas questões de poder, já que alguns historiadores “profissionais” se consideravam guardiões da história, reivindicando para a disciplina uma objetividade impossível de ser alcançada. A autora afirma o caráter político da história das mulheres, uma vez que esta sempre esteve relacionada com o feminismo, o que não seria motivo da negação da sua legitimidade.

A partir dos anos oitenta as(os) historiadoras(es) passam a utilizar a categoria gênero para caracterizar as relações entre os sexos, partindo da compreensão de que a história da mulher passa necessariamente pelo estudo de sua relação com o homem. Nessa mudança Scott considera essencial a influência do pós-estruturalismo, já que este questiona paradigmas epistemológicos tradicionais das Ciências Humanas.

Scott define gênero como o saber a respeito das diferenças sexuais. Utilizando a concepção foucaultiana de saber, que pressupõe um saber relativizado, construído a partir de uma disputa política. Nessa perspectiva, gênero é a organização social da diferença sexual, sendo o saber sobre essa diferença produzido historicamente. A perspectiva de gênero é apontada como fundamental para responder a várias questões, especialmente a de como compreender idéias acerca da diferença sexual (os diferentes significados atribuídos ao masculino e ao feminino) na sociedade e na cultura.

O desenvolvimento da história das mulheres está intimamente ligado às inovações teóricas e metodológicas surgidas nos últimos tempos no campo das pesquisas historiográficas. Ao abrir espaço para novas temáticas - não se restringindo apenas àquelas que enfocam a mulher enquanto participante do espaço público como trabalho, política, educação, direitos civis, etc. - esses novos estudos focalizam espaços alternativos relacionados ao cotidiano, tais como a família, a maternidade, os gestos, a sexualidade e o corpo, entre outros. (SOIHET, 1997)

Esses estudos, bastante influenciados por Michel Foucault, trabalham com uma nova concepção de poder, que não a do poder formal, relacionado ao Estado. Substitui-se o poder, no singular, por “poderes”, no plural, buscando perceber as resistências presentes nas estratégias cotidianas, superando a idéia da passividade atribuída às mulheres do passado. Michelle Perrot, em seus trabalhos, apresenta uma nova análise das relações de poder, procurando superar a visão de vitimização das mulheres.

Se elas não têm o poder, as mulheres têm, diz-se, poderes. No Ocidente contemporâneo, elas investem no privado, no familiar e mesmo no social, na sociedade civil. Reinam no imaginário dos homens, preenchem suas noites e ocupam seus sonhos. (1988, p. 167)

O Androcentrismo na História

Amparo Moreno Sarda (1987) analisa a exclusão da mulher na história a partir da sua própria exclusão dos meios acadêmicos, destacando as mudanças ocorridas com a incorporação da mulher ao saber institucional na Espanha, ocorrida gradualmente a partir da segunda metade do século XX, como um fator de questionamento desse próprio saber. A autora analisa a perspectiva androcêntrica predominante na ciência ainda hoje.

O termo androcentrismo é conceituado por Vitória Sal, citada por Sarda, como: “O homem como medida de todas as coisas. Enfoque de um estudo, análise ou investigação a partir da perspectiva unicamente masculina, e utilização posterior dos resultados válidos para a generalização dos indivíduos, homens e mulheres (...)” (SARDÀ, 1987, p. 23)

Sarda apresenta a etimologia da palavra androcentrismo que tem origem grega, estando associada à centralidade do ser do sexo masculino – o homem, em oposição à mulher. Porém, não qualquer homem, e sim um homem com determinado status – o homem adulto, casado e possuidor de determinadas qualidades como honra e valentia, portanto, um homem que tenha assimilado um conjunto de valores viris. Nesse sentido, a autora associa a exclusão de gênero a outras formas de exclusão, como às de raça e classe, uma vez que a perspectiva centralista do discurso histórico não exclui apenas a mulher, mas também qualquer homem que esteja fora do modelo androcêntrico.

O “sujeito humano universal”, veiculado pelo discurso histórico hegemônico, pressupõe as qualidades viris desse modelo, que exclui também os homens considerados inferiores dentro do padrão ocidental. Partindo dessa perspectiva. Maria Izilda S. de Matos analisa a categoria “masculinidade hegemônica”, que “espera excluir variações nos comportamentos masculinos e femininos que não se encaixam nos seus preceitos variando em diferentes momentos históricos numa trama discursiva normativa sobre homem e mulheres, não se constituindo num referencial fixo.” (2001, p. 52)

A autora coloca como um desafio para as(os) historiadoras(es) romper com a tradição iluminista baseada na primazia da razão, fazendo uma história crítica das subjetividades. Nesse sentido, os novos estudos deverão procurar desconstruir o caráter essencialista e parcial dos estudos tradicionais, que aceitam a superioridade do homem branco ocidental. Assim, cabe às(aos) historiadoras(es) de gênero desnaturalizar as diferenças construídas historicamente a respeito do masculino e do feminino.

Sarda (1987) analisa o problema do androcentrismo no discurso histórico, o qual, quase sempre exclui as mulheres a partir do discurso da universalidade que incorpora conquistas e direitos apenas masculinos como se fossem relativos à toda a humanidade. Como exemplo, a autora aponta os valores proclamados na Revolução Francesa: Igualdade, Liberdade e Fraternidade, que aparecem na Declaração dos Direitos Universais do Homem. Esses direitos, que foram conquistados através da luta de homens e mulheres, beneficiaram apenas os primeiros, no entanto, aparecem no discurso histórico tradicional como se estivessem relacionados a toda a humanidade, bem como, aos machos da espécie humana.

A questão da periodização histórica também constitui um problema nesse sentido, uma vez que os marcos tradicionais da história foram determinados a partir de uma visão de progresso que considera as transformações que afetaram positivamente apenas a vida dos homens e muitas vezes representaram um recuo na posição social das mulheres. Como exemplo disso, Joan Kelly Gadol (1992) cita o Renascimento, ocorrido num momento da

história européia (séculos XV e XVI) em que ocorre a domesticação da esposa burguesa e o aumento da perseguição das bruxas em todas as classes sociais. No entanto, tradicionalmente, esse marco histórico é apontado como um momento de conquistas e avanços para toda a humanidade.

A utilização do masculino como generalizador possui repercussões psicolinguísticas importantes apontadas por Sarda, pois, além de ocultar a participação da mulher na história “(...) induz a confundir o que só afeta os homens com o humano, e a acreditar que quando se fala do homem se refere indistintamente às mulheres e homens de distintas condições, como seres humanos que somos todos e todas.” (1987, p. 49)

Levando em conta o caráter político da linguagem, a autora analisa as relações entre saber e poder, a partir da concepção foucaultiana. A ordem do discurso parece determinar o que podemos dizer e, em consequência, excluir e negar. Essa ordem possui uma relação com o androcentrismo, uma vez que o discurso produzido a partir dessa perspectiva legitima um poder ao utilizar o masculino como generalizador, ocultando assim, a participação e a existência da mulher na história. Nesse sentido se pode afirmar que a dominação masculina existe não apenas no nível da prática da vida social, mas também em nível de elaborações discursivas sobre a realidade, o que provoca uma visão distorcida na mulher.

O debate em torno do androcentrismo no discurso científico é importante por questionar quem é o sujeito que produz esse discurso e quem é excluído dele e, portanto, o quanto ele pode ser parcial e tendencioso. A autora defende uma maior clareza no uso dos conceitos pelo fato de que a definição conceitual constitui um requisito fundamental do pensamento lógico-científico, à medida que estes constituem instrumentos básicos do discurso. Ela nos alerta para o risco de assimilação dos problemas conceituais, presentes em um discurso científico que exclui as mulheres. A crítica ao discurso lógico-científico requer assim, uma constante autocrítica do quanto temos assimilado desse discurso em nossa formação como intelectuais.

Em vista dessas questões, a incorporação da mulher no processo de produção da ciência é muito importante, porém não é suficiente para a modificação dos padrões vigentes nesse campo. Se utilizarmos o discurso histórico hegemônico para produzir uma nova história da mulher poderemos estar incorrendo no mesmo erro que estamos criticando. O estudo da realidade histórica das mulheres deve vir acompanhado de uma revisão crítica dos pressupostos teóricos desse discurso.

Rompendo as barreiras de uma história pretensamente neutra e universal, as discussões teóricas trazidas pela história das mulheres parte da idéia de que a história não recupera o real passado, mas constrói um discurso sobre ele, por isso, trás novos desafios à interpretação crítica do(a) historiador(a) sem a abstração do seu engajamento político. Compreende que sua visão da história é sempre parcial.

Em relação à questão da periodização, Matos destaca que os estudos de gênero rompem com uma concepção linear e progressista da história.

Procurando acabar com a segmentação entre passado e presente, os estudos de gênero contribuíram com a segmentação do objeto de conhecimento histórico levando à descoberta de temporalidades heterogêneas, ritmos desconexos, tempo fragmentado e descontinuidades, descortinando o tempo imutável e repetitivo ligado aos hábitos, mas também o tempo da multiplicidade de durações que convivem entre si urdidas na trama histórica. (MATOS, 1998, p. 71.)

Outra importante contribuição dos estudos de gênero se refere à questão das fontes. Para Louise Tilly (1994) as historiadoras das mulheres foram pioneiras ao redescobrir a importância de fontes históricas marginalizadas como as biografias e os testemunhos pessoais,

fazendo isso de forma criativa. Também a respeito disso, Michelle Perrot (1992) destaca que a história das mulheres deve considerar as fontes tradicionais por um novo ângulo para assim conseguir dar visibilidade às mulheres, pois os registros não falam por si. Além disso, a autora aponta possibilidades de diferentes enfoques para superar as dificuldades encontradas, como: a utilização de testemunhos que tratam de acontecimentos comuns da vida privada, como arquivos privados e registros públicos, por exemplo, processos criminais envolvendo mulheres; a utilização de fontes literárias como novelas, iconografia e fotografias, pois revelam elementos acerca da mentalidade da época; e finalmente, a utilização da “história oral”, termo que a autora não considera apropriado, sugerindo a sua substituição por “princípios orais”, que devem incorporar-se à história.

A tentativa de integrar as mulheres é uma pretensa “história geral da humanidade” se mostra infrutífera em vista do fato de que essa história hegemônica foi construída com base num discurso androcêntrico. O simples fato de se pensar numa história das mulheres, distinta da história dos homens, já evidencia que esta última está no mínimo incompleta, uma vez que exclui pelo menos a metade da humanidade.

Apesar dos avanços alcançados no campo dos estudos de gênero ainda há uma separação entre o discurso histórico acadêmico e a história das mulheres. Assim, na maioria das vezes, esses estudos ainda se encontram isolados em guetos. Esse fato é apontado por várias historiadoras e revela os limites da academia em romper com uma tradição consolidada. No entanto, o aumento da quantidade e a qualidade das publicações têm contribuído para minar as resistências e os estudos de gênero vêm se consolidando como um dos campos que mais têm crescido, se destacando na historiografia contemporânea. Campo minado de incertezas, repleto de controvérsias e de ambigüidades, porém, um campo aberto a variadas possibilidades tanto teóricas como metodológicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

DIAS, Maria Odila Leite da Silva, “Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano”. In COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina. *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 39-53.

DUBY, Georges & PERROT, Michelle. *História das Mulheres no Ocidente*. (Vol. 1). Porto: Afrontamento. São Paulo: Ebradil, 1991.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

MATOS, Maria Izilda. “Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea”. In *Cadernos Pagu*, Nº 11, 1998. Campinas. p. 67-75.

_____. “História das sensibilidades em foco, a masculinidade”. In *História, Questões e debates*. Ano 18, nº 34, jan/junho, 2001. Curitiba: APAH/UFPR. p. 45-63.

PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. Haciendo Historia: las mujeres in Francia. In ESCANDON, C. R. (Org.) *Genero e Historia*. México: Instituto Mora/UAM, 1992. p.66-85.

SARDÀ, Amparo Moreno “Em torno al androcentrismo em la historia”. Cuadernos inacabados. *El arquétipo viril protagonista de la história. Exercícios de lecturas no androcentrica*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1991. p. 17-52.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil na Pesquisa Histórica” In *Educação e Realidade*. Porto Alegre, 16 (2): jul./dez., 1990.

_____. “História das Mulheres”. In.: BURKE, Peter (org.) *A Escrita da História. Novas Perspectivas*. São Paulo: Unesp. 1992. p.63 – 95.

_____. “Prefácio a Gender and Politics of history”. In *Cadernos Pagu*, nº 3,1994, Campinas/SP. p.11-27.

SOIHET, Rachel. “História das Mulheres”. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.) *Domínios da História. Ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus. 1997. p 275-296.

A PERSPECTIVA DE GÊNERO REDIMENSIONANDO A DISCIPLINA HISTÓRICA

VASCONCELOS, Tânia Mara Pereira

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Endereço: Av. Mário Leal Ferreira, 301 – Ap 1004 – Brotas – CEP: 40.285-600 - Salvador/BA

E-mail: taniahisto@yahoo.com.br